

Seminário

Economia social – contributos para repensar o papel das organizações mutualistas

Cristina Parente¹

No contexto sociopolítico de crise do estado providência, de esgotamento do modelo de crescimento económico e emergência de um novo paradigma do desenvolvimento sustentável, a economia social vê ressurgir a sua importância ao configurar um conjunto de actividades garantidas pela sociedade civil organizada para encontrar soluções para problemas e necessidades sem resposta quer por parte do Estado, quer por parte do Mercado. A problemática da economia social não é nova, sendo, no entanto, presentemente retomada dadas as profundas transformações socio-económicas que afectam as sociedades modernas e que impõe uma reflexão sobre a mesma e respectivas práticas nas suas diferentes vertentes, particularmente na configuração de formas de regulação social alternativas.

Intensificam-se os processos de globalização económica, acelerando a crise do Estado Social resultante, entre outros factores, da incapacidade de sustentação do modelo de regulação monopolista alicerçado na relação salarial fordista. A impossibilidade de garantir o ciclo virtuoso entre produtividade/consumo/crescimento como motor da dinamização económica empresarial no seio de cada Estado Nação, traduz-se na quebra de lucros e, conseqüente, baixa das contribuições empresariais para os gastos públicos. Os Estados, incapazes de manter as políticas sociais em vigor, apelam à intervenção da sociedade civil. É

¹ Professora auxiliar no Departamento de Sociologia e investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto. Contacto: Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto. Tel: 22 6077190/100. Fax: 22 6077190. E-mail: cparente@letras.up.pt.

neste contexto global que, desde as últimas quatro décadas, se tem verificado um crescimento e um forte dinamismo da economia social para uns ou do terceiro sector como preferem apelar outros.

Os textos agora apresentados sobre a temática integraram, entre outros, um seminário organizado conjuntamente pela Comissão de Trabalhadores do Montepio Geral (entidade promotora) e o Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, através da linha de investigação Trabalho, Emprego, Profissões e Organizações (TEPO) (entidade responsável pela coordenação científica), a 18 de Fevereiro de 2006, em Lisboa. O seminário subordinado ao tema *Economia Social - Contributos para Repensar o Papel das Organizações Mutualistas* debateu o papel do mutualismo e das organizações mutualistas na contemporaneidade de forma a reflectir sobre os seus contributos numa sociedade em mudança. Importa referir que o mutualismo se desenvolveu em Portugal, fundamentalmente, no século XIX, nas áreas da prestação de esquemas de protecção social destinados à classe trabalhadora (riscos de doença, de incapacitação face ao trabalho, de acidentes e outros) e financeira (remuneração das poupanças e mobilização das mesmas para o acesso ao crédito). Destaca-se neste âmbito, em 1844, o surgimento do “Montepio dos Empregados Públicos” que figura como uma das primeiras associações de socorros mútuos, a qual se mantém na actualidade, sob a designação de Caixa Económica do Montepio Geral. Na actualidade, o mutualismo é um movimento de solidariedade social que garante, sem fins lucrativos, actividades complementares de segurança social, saúde e acção social.

As reflexões que aqui se expõe começam por focar os desafios que na actualidade se colocam às associações mutualistas. Estes exigem, segundo Jordi Estivill, autor do primeiro artigo, que se perspective e antecipe o futuro do mutualismo através da análise da sua evolução histórica, das suas forças e das suas debilidades passadas e actuais, de forma a definir-se as configurações de resposta às profundas e rápidas transformações socio-económicas das sociedades contemporâneas.

O segundo artigo, da responsabilidade de Carlota Quintão, lança pistas de reflexão sobre o papel do mutualismo e das suas organizações no âmbito do terceiro sector, centrando a sua atenção nos instrumentos de financiamento para o sector por duas ordens de razões: as organizações mutualistas desenvolvem a sua actividade no sector financeiro, designadamente na banca e nos seguros; as dificuldades, por demais conhecidas, de sustentabilidade económica e financeira que afectam as organizações da economia social.

O último texto, da autoria de Vitor Simões Gonçalves, concretiza a temática dos instrumentos de financiamento e de sustentabilidade económica através da apresentação de um estudo de caso de uma organização do terceiro sector. Analisa a estrutura económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, numa perspectiva diacrónica, entre 1995 e 2004.

Reunir um conjunto de conhecimentos, experiências e reflexões que contribuam para repensar o papel actual do mutualismo e das organizações mutualistas na economia social/terceiro sector foi o principal objectivo das contributos que a seguir apresentamos.

